

FACULDADE CALAFIORI

**ALANA PAULA DE MIRANDA SILVA
POLLYANNA DOS REIS NASCIMENTO**

**A INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA
MOTIVAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2017**

ALANA PAULA DE MIRANDA SILVA
POLLYANNA DOS REIS NASCIMENTO

A INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA MOTIVAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Profº. Me. César Clemente.

Linha de pesquisa: Educação.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2017**

A INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA MOTIVAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador: Me. César Clemente

Professor Avaliador: Me. Cláudio Manoel Person

Professora Avaliadora: Me. Marília de Souza Neves

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
20167**

EU, ALANA, dedico aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um obrigado.

“A vocês, que iluminaram os meus caminhos obscuros com afeto e dedicação para que eu os trilhasse sem medo e cheios de esperanças, não bastaria uma muito obrigada. A vocês, que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, eu pudesse realizar os meus. A vocês, meus pais por natureza, por opção e amor, não bastaria dizer, eu não tenho palavras para agradecer tudo isso. É o que me acontece agora, quando procuro uma forma verbal de exprimir uma emoção ímpar. Uma emoção que jamais poderá ser traduzida por palavras. Amo muito vocês!”

EU, POLLYANNA, dedico este trabalho aos meus pais que mais do que me proporcionaram uma boa infância e vida acadêmica, formaram os fundamentos do meu caráter e me apontaram uma vida digna. Obrigada por serem a minha referência de tantas maneiras e estarem sempre presentes na minha vida de uma forma indispensável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a DEUS por este particular momento de nossa vida em que podemos aprender mudando o nosso interior para o amor, ainda que na contramão de tantos desamores difundidos, ajudando, desse modo, na melhoria do coletivo e de todo o planeta, transformando-o em nosso paraíso, onde possa haver: paz, alimento, moradia, trabalho, saúde e educação para todos.

Agradecemos também ao nosso orientador Prof.Me. César Clemente por todas as correções realizadas e a educação que nos tratou o nosso eterno agradecimento.

“As relações entre a família e o centro educativo devem proporcionar que os pais e as mães possam compreender aceitar e valorizar a tarefa educativa da escola.”

(BASSEDAS et al., 2007, p. 289).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral é analisar e discutir a falta de união entre as duas instituições família/escola no sentido de colocar limites, regras e normas (não de modo autoritário) conjuntamente, a fim de resultar numa disciplina favorável a uma prática educativa com mais qualidade, e não numa prática educativa trabalhada com bagunça, tumulto, maus comportamentos, desrespeito às figuras dos educadores e possivelmente, até uma violência mais acentuada. A família tem grande importância como agente educador, influenciando na aprendizagem da criança desde o seu nascimento até o desenrolar de sua vida escolar. Atualmente, em muitos estudos apontam que a família e a escola quando caminham juntas, influenciam positivamente no desenvolvimento e aprendizagem da criança e atitudes coerentes e sensatas contribuirão para a formação adaptada do indivíduo, afastando do mesmo o tão temido fracasso escolar. Portanto, desde pequenas as crianças precisam ser motivadas para tarefas tanto na família, como na escola através do educador. O educador deve introduzir com propriedade, propostas e desafios adaptados à situação de impasse, isto é, oferecer novas condições de aprendizagem e de elaboração mental, além de uma postura firme e criativa para trazer a família para a escola, não somente em reuniões, mas no dia a dia. E a família logicamente ter a vontade de participar ativamente da vida do filho na escola. Assim, justifica-se a pesquisa pela magnitude assumida pela indisciplina nas escolas e em casa, resultando em uma má qualidade do trabalho pedagógico, sendo assim uma das causas do fracasso escolar. Os recursos metodológicos que foram utilizados para a pesquisa foram por meio de um levantamento bibliográfico. Concluiu-se que a partir da interação escola/família, diante de regras e limites, colocados para os filhos/alunos pelos pais e professores, pode-se resultar em disciplina escolar e na formação de cidadãos melhores no futuro. Basta as duas instituições não comprometerem a responsabilidade da outra, havendo respeito e parceria.

Palavras-chave: Família. Escola. Limites. Disciplina. Fracasso Escolar.

ABSTRACT

The present work has the general objective of analyzing and discussing the lack of union between the two family / school institutions in the sense of putting limits, rules and norms (not in an authoritarian way) together, in order to result in a discipline favorable to an educational practice With more quality, and not in an educative practice worked with mess, tumult, bad behaviors, disrespect to the figures of the educators and possibly, even more violence. The family has great importance as an educator, influencing the child's learning from birth to the development of his school life. Many studies show that the family and school, when they walk together, positively influence the development and learning of the child, and coherent and sensible attitudes will contribute to the adapted formation of the individual, leaving aside the much feared school failure. Therefore, since small children need to be motivated to tasks both in the family, and in school through the educator. The educator must introduce with propriety, proposals and challenges adapted to the situation of impasse, that is, offer new conditions of learning and mental elaboration, as well as a firm and creative stance to bring the family to school, not only in meetings but day to day. And the family logically have the will to participate actively in the life of the child in school. Thus, the research is justified by the magnitude assumed by the indiscipline in schools and at home, resulting in a poor quality of the pedagogical work, being thus one of the causes of school failure. The methodological resources that were used for the research were through a bibliographical survey. It was concluded that from the school / family interaction, in the face of rules and limits, placed for the children by the parents and teachers, it can result in school discipline and the formation of better citizens in the future. It is enough that the two institutions do not compromise the responsibility of the other, with respect and partnership.

Keywords: Family. School. Limits. Discipline. School Failure.

LISTA DE SIGLAS

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

DDC - Declaração sobre os Direitos da Criança

DUDC- Declaração Universal dos Direitos da Criança

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A CRIANÇA DENTRO DO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR.....	14
1.1 A família.....	14
1.1.1 Definição e evolução.....	15
1.1.2 A construção social da infância e sua relação com a família.....	17
1.2 A Escola.....	20
1.2.1 Formação da educação no Brasil: ontem e hoje.....	21
1.2.2 A construção social da infância e sua relação com a escola.....	25
2 O ELO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA EM PROL DA DISCIPLINA ESCOLAR.....	30
2.1 Limites e regras na educação familiar.....	30
2.2 A instituição escolar como base educacional.....	34
2.3 Família X Escola em prol da disciplina escolar.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A escola tem a função de preparar a criança para o convívio em grupo e em sociedade ou apenas de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade? É possível ensinar em meio à balbúrdia?

As inquietudes disciplinares no dia a dia escolar deixaram de ser um evento raro e particular, para se tornarem, talvez, um dos maiores impedimentos pedagógicos dos dias atuais. A maioria dos educadores não sabe interpretar ou administrar sem dúvida o ato indisciplinado (AQUINO, 2003).

Atualmente a educação escolar e familiar se apresenta inteiramente voltada a um processo de transição extremamente arbitrária e abusivamente tolerante.

Diante das dificuldades do trabalho diário, os professores, parecem marcados por uma divergência fundamental de um lado, a autoridade e o controle absoluto de antes foram trocados por uma crescente perplexidade e certo desconforto pedagógico; de outro, a linha divisória entre indisciplina e violência pode se tornar muito frágil, reduzindo os limites da convivência social.

Não apenas professores, diretores e orientadores, mas também os pais e os próprios alunos, com o tempo, tornaram-se reféns do emaranhado de significados e valores que a indisciplina escolar comporta (AQUINO, 2003).

A pesquisa se justifica por se tratar de um tema de imenso interesse a quaisquer leitores, sejam pais ou educadores, que lutam pela extinção da má qualidade do trabalho pedagógico relacionada à disciplina escolar, devido à falta de interação da família/escola, uma das maiores causas do fracasso escolar.

Portanto, o trabalho apresentará informações importantes aos pais e educadores, com o intuito de mobilizar idéias e recursos para conseguir uma junção entre as duas instituições mais importantes para as crianças, família e escola em prol da disciplina escolar, e assim orientar os alunos na transição da escola para a vida ativa; buscando atitudes inovadoras para uma convivência melhor em sala de aula.

O problema a ser estudado no presente trabalho será: a partir da interação escola/família, diante de limites e regras, colocadas para os alunos e filhos, nessas duas instituições, pode se resultar em disciplina escolar?

Dessa forma, o objetivo geral será analisar e discutir a falta de união entre as duas instituições família/escola no sentido de colocar limites, regras e normas (não de modo autoritário) conjuntamente, a fim de resultar numa disciplina favorável a uma prática educativa com mais qualidade, e não numa prática educativa trabalhada com bagunça, tumulto, maus comportamentos, desrespeito às figuras dos educadores e possivelmente, até uma violência mais acentuada.

E como objetivos específicos: retratar a presença da família na educação; como a família atualmente pode estar presente na disciplina escolar através de regras e limites colocados em casa pelos pais; apresentar o papel da Escola na Educação atualmente e fundamentar como as duas instituições, Escola/Família juntas, podem ter um caráter de extrema participação na disciplina escolar, e porque não dizer para a vida toda da criança.

Os recursos metodológicos a serem utilizados para a pesquisa serão através de um levantamento bibliográfico.

Para Marconi e Lakatos (2009, p.185) a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem chegando a conclusões inovadoras”.

Divide-se o trabalho em dois capítulos:Capítulo 1, mostrar a criança dentro do contexto familiar e escolar;Capítulo 2, destacar a importância da parceria entre escola e família e revelar como essas duas instituições podem atuar juntas com o intuito de produzir disciplina escolar em sala de aula.

Apresenta-se como expectativa que este trabalho contribua para que família/escola possam estar mais bem preparadas, em conjunto, para auxiliarem com limites e regras a criança para não se encontrar em tamanha indisciplina, ou mesmo que seja um aluno indisciplinado, a se tornar uma criança com comportamentos mais adaptativos e com condições de progressos extremamente de qualidade.

1. A CRIANÇA DENTRO DO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR

A família em épocas passadas era compreendida como a junção de homem e mulher em busca de terem seus filhos, os criarem e educarem. O casamento era nada mais que uma instituição apontada como concentradora ou transmissora de patrimônio às futuras gerações.

Com a chegada da industrialização, muitas famílias partiram do meio rural para as cidades, sendo assim as famílias se desmembraram, algumas pessoas passaram a viverem sozinhos, com amigos, ou parentes.

A sociedade transformou, ao longo dos anos, seus hábitos, suas funções, seus valores e suas responsabilidades. Neste ciclo a família também passa por mudanças, pois nada no mundo é estático. É esta transformação que interessa à maioria dos estudiosos, indagam o que leva o ser humano a agir desta ou daquela maneira, quais as consequências de cada decisão tomada, qual a influência que uns causam a outros.

Neste contexto de instabilidade, a família é de suma importância para o alicerce social, pois é nela que o ser humano ainda criança aprende as primeiras lições, adquire caráter e inicia a construção de uma nova sociedade.

1.1 A FAMÍLIA

Para Pereira (2001, p. 6), “ela desperta interesse de todos os povos, em todos os tempos, uma vez que entendê-la é preservar a organização e a continuidade da sociedade e do Estado”.

Prado (1988, p. 23) relata que, “a palavra “família”, no sentido popular, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.”

Ferreira (2001) destaca que a família é constituída basicamente pelo pai, mãe e filhos, como tradicionalmente era composta.

Segundo Figueiredo (2004, p. 78), “família em definição técnica é o grupo privado de pessoas, circunspeto dos pais e filhos, e para enredamentos limitados, de

outros parentes, ligados pela convivência e afeto numa mesma parcimônia, e sob a mesma direção”.

Já, Figueiredo (2004) vai além do significado de família para Ferreira (2001), pois o autor complementa a composição da família em ser o pai, mãe e filhos com a presença também de parentes, mas desde que estes conduzam o ambiente que integram de uma mesma forma.

No entanto, a sua concepção abrange uma complexidade muito maior, reflexo do processo dinâmico que vive a sociedade. De acordo com Rocha (2002, p. 25), “ a família favorece às pessoas a participação no processo de singularização do sujeito, pois fornece uma rede de proteção e amparo ao mesmo tempo em que possibilita a convivência com o outro”.

1.1.1 DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO

Não há como negar que a família seja o alicerce, o instituto central de qualquer sociedade.

O Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2006, p. 312) informa que “a família se constitui em um grupo de pessoas aparentadas que vivem na mesma casa; em geral, corresponde ao pai, à mãe e aos filhos.”

No entanto, a sua concepção abrange uma complexidade muito maior, reflexo do processo dinâmico que vive a sociedade.

Segundo pesquisas, o termo família pode sofrer mudanças conforme a sociedade e cultura, entretanto historicamente o conceito mais comum é o da família nuclear formada por um casal e seus filhos, não interessando se há ou não poligamia, poliandria, licença sexual ou qualquer outro tipo de interferência ou adicional, a partir do momento que a unidade casal e seus filhos sejam mantidos.

Em épocas primitivas, os homens ao acenderem a fogueira para se protegerem do frio se reuniam com seus conhecidos em volta da mesma, estruturando o que pode se chamar de família, sendo que esse fato ocorrido é o mais distante referente ao termo família já apontado na história da civilização.

Por meio de cada período da história da humanidade, as reuniões dos homens distinguem-se sob inúmeras formas e com variados propósitos.

As famílias primitivas conviviam normalmente com a promiscuidade social, ou seja, não havia qualquer controle referente às relações sexuais nas tribos. Este fato dificultava identificar a paternidade e era, então, através da linguagem feminina que se reconhecia a filiação. Por esse motivo, a mulher assumia o domínio sobre as tribos e recebia destas um enorme respeito (LÔBO, 2008).

José Filho (2002, p. 15), comenta que, “posteriormente, a substituição do heterismo (promiscuidade sexual) pela monogamia levou o direito materno a se submeter ao direito paterno, cujos resquícios se presenciam até hoje.”

Após algum tempo, antes de se dar início a Revolução Industrial, o chamado período pré-industrial, a família passou de monogâmica para o modelo nuclear: mãe, pai e filhos. Como confirma Pim et.al., (2014, p. 1) “a família nuclear era a unidade mais comum na época pré-industrial e ainda é a unidade básica de organização social na maior parte das sociedades industrializadas modernas.”

Em 1969 por meio da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, instituída na Costa Rica, o termo família é assim designado: “A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado” (artigo 17).

Em se tratando do Brasil, é de costume destacar tradicionalmente de que família é formada de pais e filhos unidos por um casamento regulado pelo Estado. Mas, a partir de 1988, por meio da Constituição Federal, em seu artigo 226 foi expandido esse conceito, admitindo “como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988), além da união estável entre homem e mulher.

A família pode ser estruturada pelo casamento como também pela união estável, ou, ainda, por um dos genitores e sua prole. Família não tem sido mais estruturada somente por meio do casamento formal que é o composto por marido, mulher e filhos.

Atualmente, século XXI, com todas as inovações apontadas acima e mesmo com as do decorrer dos anos, a família mudou. Há a família monoparental, em que é composta pelas mulheres e seus filhos. Nesta, a mulher é o chefe da casa em todos os sentidos, como mãe-pai, trabalha para sustentar os filhos, cuida dos afazeres domésticos, enfim é mais que chefe da casa, pois se desdobra em muitas funções.

Portanto, a família não é um mero fenômeno natural, mas principalmente, uma instituição social que vem submetendo a mudanças através dos tempos,

apresentando formas e finalidades diversas, ainda que num mesmo tempo e lugar, dependendo do grupo social observado.

O papel da família é de total importância para que uma sociedade possa viver em harmonia. Nesse processo de transformação, a família teve de evoluir para se adequar às mudanças sociais. É certo que a sociedade ainda não está preparada para essas transformações, mas isso não impede esse processo de evolução.

1.1.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

O tratamento ofertado às crianças e os entendimentos sobre a infância estão profundamente relacionados às práticas e costumes culturais da sociedade em cada período da história.

Philippe Ariés (1978) defende a idéia de que a sociedade medieval não percebeu a infância como percebemos hoje. Através da análise da iconografia dos trajes, dos jogos e brincadeiras, da escola e da família, percebe-se que a criança, a princípio, era conhecida por seu caráter incompleto e somente com o tempo, passaria a ser observada em suas peculiaridades.

Desde bem pequena a criança era inserida no mundo do trabalho e começava a ter algum valor social quando conseguia produzir. A semelhança entre o mundo adulto e o mundo infantil podia ser observada pelos trajes utilizados. Adultos e crianças vestiam-se da mesma maneira, elas eram como adultos em miniatura, e isso pode ser observado nos desenhos e pinturas que retratam a época.

De acordo com Cruz (2000, p. 45), assim que “deixava o cueiro, ela se vestia como os outros homens e mulheres. Nada nos trajes medievais a separava do adulto, embora a roupa mostrasse a hierarquia social”.

Estudos realizados por pesquisadores constataram que adultos e crianças se misturavam diante dos mesmos jogos, brincadeiras e nos mesmos ambientes. Acreditava-se que a criança era alheia à sexualidade, portanto, os gestos e alusões feitas pelos adultos não tinham consequência sobre ela.

A criança era cuidada de forma dispersa e difusa pela comunidade em geral, sendo pouco estreitos os vínculos afetivos maternos e paternos. As relações entre pais e filhos não se caracterizavam pela intimidade ou por intensidade emocional

(ROSEMBERG, 2004). Apenas aquela criança que trabalhava e produzia possuía valor social.

A partir dos séculos XV e XVI, a aprendizagem passou a ser transmitida de uma geração a outra de forma direta, e as crianças de 7 a 9 anos, de qualquer classe social, eram enviadas para casas alheias a fim de serem educadas. Nessas casas, elas aprendiam e desempenhavam todos os afazeres domésticos.

Até este período, para muitas mulheres pobres, o filho era um estorvo, uma vez que eram obrigadas a trabalhar para se sustentar. Por isso, continuavam a entregar seus filhos para amas e, na maioria das vezes, não voltavam para pegá-los. Assim, quando essas crianças não morriam, eram abandonadas em asilos.

Havia a chamada “roda”, originou na Itália, mas que depois se espalhou por todo o Continente europeu, que se situava do lado de fora de conventos, feita por um cilindro oco de madeira na qual havia uma abertura por onde era colocada a criança enjeitada. Essa ação era realizada inicialmente por mulheres nobres, era como se estivessem oferecendo a criança a Deus e quem cuidava das crianças eram freiras. A Roda dos Expostos assim se fazia presente:

Rodava-se a roda e as crianças eram deixadas ali onde se acionava uma campainha para que a rodeira viesse buscá-la. Muitas vezes estas crianças chegavam desnutridas portadoras de doenças degenerativas e recebiam cuidados médicos para tentarem sobreviver. As crianças que ainda não eram batizadas recebiam o batismo que era feito com máxima urgência pelo padre ou em alguns casos, visto que a criança não tinha chances de sobrevivência, este era realizado pela ama. Após receber os devidos cuidados, a criança era enviada aos cuidados por uma ama seca ou encaminhadas as famílias estéreis e estas, não tinham direitos assegurados por lei (MARCILIO, 1997, p. 59).

Como se pode averiguar a infância naquela época era extremamente sofrida, as crianças não possuíam direitos legais, eram desnutridas, havia pouca chance de sobrevivência; não sabiam o que era o brincar pois, na mais tenra idade, eram preparadas para o trabalho, não sabiam o que era o amor maternal, viviam ‘jogadas’, principalmente aquelas que eram enjeitadas. É interessante explicar que:

O processo da roda era algo urbano, pois no meio rural, as crianças eram utilizadas como mão de obra, portanto, não havia tanto abandono e pelo contrário, eram essas famílias que mais adotavam crianças expostas (MARCILIO, 1997, p. 62).

Somente no século XVII é que se atribuiu à criança uma particularidade, os adultos da época começaram a dar importância à sua alma e à sua personalidade, uma consequência direta da cristianização dos costumes, atenção denominada por Áries (1978) de “paparicação”. Sob a influência dos eclesiásticos, as crianças passaram a ser consideradas “anjos”, testemunhas da inocência batismal. Essa nova visão traz a necessidade de dar proteção especial às crianças, com o objetivo de protegê-las do mundo “perverso” dos adultos, e isso se daria através da educação moral.

Como se viu até o momento, “foram necessários muitos séculos para que a humanidade chegasse à conclusão de que a criança é um ser em desenvolvimento e, em muitos aspectos, diferentes do adulto” (OLIVEIRA, 2003, p. 113). Assim, a criança, diante de discursos legais e pedagógicos, se descobriu como sujeitos de direitos, e a infância foi respeitada por meio de Leis e Decretos.

Entretanto, o direito de brincar teve sua importância primeiramente em legislações estrangeiras, somente depois de algum tempo e de luta dos simpatizantes desse contexto é que no Brasil encontrou seu fundamento dentro do ordenamento jurídico.

Os documentos estrangeiros mais destacados na trajetória da concepção atual da criança como possuidora de direitos, são eles: a Declaração sobre os Direitos da Criança de Genebra em 1924 (DDC), a Declaração sobre os Direitos da Criança em 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Esses documentos tem um só compromisso: o direito de a criança ter infância, o direito de brincar.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC), sancionada pelas nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, da qual o Brasil é signatário, foi reconhecida para que a criança “possa ter uma infância feliz.” Em seu princípio 4º está estampado que:

A criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequada, e à mãe devem ser proporcionados cuidados e proteção especiais, incluindo cuidados médicos antes e depois do parto (apud ANTUNES, 2003, p. 43).

Destaca-se também no 7.º princípio:

A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito (apud ANTUNES, 2003, p. 43).

Além desses princípios, a DUDC trouxe em seu bojo mais oito, sendo que cada um com seus respectivos direitos, como por exemplo; proteção social (Princípio 2), direito a um nome e nacionalidade desde o nascimento (Princípio 3), tratamento às crianças com deficiência ((Princípio 5), amor e compreensão (Princípio 6), proteção e socorro ((Princípio 8), proteção contra formas de negligência, crueldade e exploração (Princípio 9) e proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial e religiosa.

Assim, o século XX chega trazendo transformações sociais bem significativas para as crianças desde a educação com a Constituição Federal de 1988 até de proteção por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Atualmente, a criança, para ser reconhecida como portadora de direitos, deve ser poupada de certas situações, como o trabalho infantil, a realização de ações que somente os adultos podem efetuar, enfim precisa ser cidadã digna de ter uma qualidade de vida própria para ela, com lazer, muita brincadeira, tempo para se sujar em parques e não ser explorada ou mesmo obrigada pelos adultos a certas atitudes, e ter garantia e acesso também à educação de qualidade.

1.2 A ESCOLA

Para Canário (2002, p. 45), a escola “é uma forma, é uma organização e é uma instituição”. Em se tratando da forma, a escola é vista como a instituição, a qual ela concebe seus métodos e conteúdos. Quanto a organização, destaca-se a relação professor/aluno, pelo fato de que a construção do saber é realizada no coletivo. E finalmente é uma organização, pois possui função de unificar culturalmente e politicamente.

Segundo Nóvoa (2004), a escola é uma instituição aonde inúmeros profissionais estabelecem variados modos de relações, que vão além das relações ensino-aprendizagem.

E para Brooke e Soares (2008) destacam a escola como organização social, a qual abre muitas possibilidades de estudos em busca de melhor qualidade de ensino.

1.2.1 FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ONTEM E HOJE

A história é resultado da preocupação que o homem tem de reconstruir o passado relatando os acontecimentos por meio da seleção dos fatos considerados relevantes e a partir de uma ordem cronológica. Pelo trabalho o homem insere-se no tempo, estabelece as relações sociais e, ao receber a herança cultural dos antepassados, realiza projetos de mudança.

É incontestável a importância das contribuições teóricas acumuladas pelos anos e anos. Contudo, elas se tornam ineficazes ou incapazes se introduzidas do ambiente de fora para o interior das escolas, sem vínculo com as necessidades objetivas requeridas pelos educadores e por suas práticas. Ou seja, há uma dimensão do conhecimento necessário à formação do educador que será gerada por ele mesmo, no experimento e na audácia da mudança, na recomposição do conteúdo e da forma da instituição escolar.

Os jesuítas foram os primeiros educadores do país, sendo que a didática dos mesmos era organizada em duas séries, a inferior, com duração de seis anos, voltada ao estudo da Retórica, Humanidades e Gramática; e a superior, com duração de três anos, que ensinava Lógica, Moral, Física, Matemática e Metafísica, as quais eram ministradas em português, grego e latim e português. Tratava-se de uma educação voltada aos burgueses e pelos burgueses. Romanelli (2004, p. 39) destaca que,

[...] esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na Colônia. Isso porque a classe dirigente, aos poucos, foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público. Os primeiros representantes da Colônia junto às Cortes foram os filhos dos senhores de engenho educados no sistema jesuítico.

A educação apontada por Romanelli (2004) continuou após a expulsão dos jesuítas em 1759. Entretanto, ocorreram muitos transtornos voltados aeducação.

Em 1822 veio a tão sonhada independência, e a recente Monarquia Brasileira teve como incitação a meta de promover uma nação culta, totalmente alfabetizada, instruída.

A educação popular achava-se divulgada em nível mundial e se inspirava no padrão da escola graduada apoiada na classificação homogênea dos alunos, na permanência de várias salas de aula e vários professores. Os republicanos não só viam na educação a esperança de fortalecer o novo regime, mas a reforma da Nação. A escola primária transformou-se em uma das principais mediadoras dos valores republicanos; por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo.

Nesse período, a prática dos professores era transmitir o que sabia aos alunos, os quais não podiam interagir, sendo a denominada pedagogia autoritária. Em momento algum, os alunos se comunicam com o professor no sentido de perguntar algo, ou mesmo de compartilhar algum conhecimento, ou seja, apenas recebiam algo pronto e acabado.

A pedagogia que o professor exercia era símbolo de uma cultura do comedimento vítima de uma sociedade opressora. Esse profissional era o que tudo sabia, os alunos nada sabiam, e conseqüentemente a eles era transmitido, fornecido saberes, apenas isso; sem nenhuma interação. Dessa forma, segundo Piletti (2005, p. 67) os professores se baseavam numa pedagogia autoritária: “o educador era o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.”

Era um processo de aprendizagem passivo, ou seja, professores ensinavam e alunos somente escutava, aprendiam. Portanto, de acordo com Wenzel (2006, p. 12), “a criança não passava de um homúnculo com todas as habilidades e competências de um adulto sendo, portanto, responsável pelo seu processo de aprendizagem”.

Neste período houve a criação dos grupos escolares. Como aponta Antunha (apud CUNHA, 2001, p.71): “a importância da criação e do funcionamento dos grupos escolares nas primeiras décadas de sua implantação não pode ser de forma alguma subestimada pelo historiador da educação”.

Com a chegada do capitalismo, percebe-se uma crescente preocupação com a infância (CRUZ, 2000). Neste período, as creches tinham como função abrigar as crianças, pois os pais iam para a guerra, enquanto as mães tinham que trabalhar fora para sustentar a família (CRUZ, 2000).

Desta forma, as creches possuíam apenas um caráter assistencial, caritativo e de favor as famílias, visando apenas guardar e proteger a criança e atendê-la nas suas necessidades básicas, não havia atividades pedagógicas, não havia jogos e nem brincadeiras com esse intuito.

Mas, esse carinho de “cuidar” das crianças se enquadrava somente àquelas crianças, cuja mãe trabalhava, pois àquelas crianças que teriam de trabalhar eram humilhadas, exploradas em fábricas de tecidos, carvoeiros e não tinham a infância protegida. Moura (2000) e Rizzini (2000) confirmam tais dizeres ao atestar que, “o sonho de infância feliz não parece ter sido vivido pelas crianças operárias da cidade de São Paulo recém-industrializada ou das crianças trabalhadoras do nosso país”.

Apenas no século passado, diante de discursos legais e pedagógicos, que a criança foi descoberta, como sujeito de direitos, sua infância foi respeitada.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) criou, em 1977, um programa nacional de educação pré-escolar denominado de Projeto Casulo, criado para liberar a mãe para o trabalho e, assim aumentar a renda familiar.

Os movimentos operários e feministas aqueceram-se na década de 1980 na luta pela democratização do país e pelo combate às desigualdades sociais gritantes.

“No final do regime militar, com a abertura política, foram adotadas medidas para ampliar o acesso da população mais pobre à escola e para garantir sua permanência nela” (CRUZ, 2000, p. 47).

Nos grandes centros urbanos, a oferta de creche não respondia a demanda, o que faz com que ampla parcela da população de mães que precisavam trabalhar reivindicasse a creche como um direito.

Como resultado de tais movimentos, houve um aumento no número de creches públicas e particulares provenientes dos governos municipal, estadual e federal. Mas, ainda não eram suficientes.

Em 1988 por meio da Constituição Federal houve grandes avanços nesse sentido, como no artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

Entretanto, a questão foi tratada apenas no sentido de acesso a educação das crianças pequenas, mas não a qualidade.

Todas as instituições se preocupavam em cuidar das crianças, no sentido de alimentação, a higiene básica e a proteção contra os perigos do ambiente e das

epidemias da época. Entretanto, não se preocupavam com a qualidade das interações que ocorriam em seu interior, entre criança-criança, criança-adulto e adulto-adulto. Não se preocupavam também com a qualidade dos atendimentos prestados; por exemplo, se eles estimulavam e favoreciam o desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões social, cognitiva, intelectual, afetiva e motora. Portanto, essas instituições era voltada para o cuidar e não para o educar.

Posteriormente com estudos em psicologia e educação, a qualidade nessas instituições começa a ser questionada, ou seja, se elas existiam apenas para cuidar ou deveriam se preocupar com a questão de educar também.

Assim, estudiosos perceberam que a infância é a fase decisiva para o desenvolvimento do ser humano.

No final da década de 80, as instituições começam a ser cobradas para um atendimento educacional. A televisão também inicia a veiculação de programas organizados por pedagogos por meio de estímulos cognitivos para as crianças.

Em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que efetua a conquista do direito das crianças pequenas a educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa uma conquista histórica ao estabelecer que a Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica. Dessa forma, a Lei ampliou o conceito de educação básica que passa a abranger a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como se pode verificar abaixo:

Artigo 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior (BRASIL, 1996).

A LDB enfatizou a importância da Educação Infantil na promoção de desenvolvimento pleno da criança.

Artigo 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram criados fóruns estaduais e regionais como espaço de organização de área, implementação de políticas e organização de programas de formação de educadores para as novas demandas da Educação Infantil.

Em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou um Referencial Curricular Nacional para a área da Educação Infantil.

Em 16 de maio de 2005, houve a implantação da Lei n. 11.114 que alterou o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, objetivando tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

Como se pode verificar, a educação no Brasil originou-se com os jesuítas, sendo que foi se expandindo e evoluindo até chegar nos grupos escolares, onde a pedagogia ministrada pelo professor era extremamente autoritária, em que os alunos apenas ouviam sem interagirem com o educador. Com o passar dos anos, leis e decretos foram instituindo mais liberdade a essa Pedagogia, além de oferecer o direito da educação à partir da Educação Infantil, não sendo mais vista como uma fase de cuidados assistencialistas com as crianças, mas de um bom trabalho, pois é o período mais importante para a aprendizagem de qualidade das mesmas. Assim, na educação foram incorporados projetos, discursos, teorias e práticas enraizadas e, é nesse contexto que a intercessão de subjetividades e práticas trouxe comportamentos, experiências, configura formas de agir, pensar e sentir; e possibilitou a identidade e a diferenciação da escola no conjunto das instituições sociais.

1.2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

Na construção e aquisição do conhecimento, a criança, independente de sua idade, com toda sua criatividade e originalidade necessita estar inclusa em um ambiente que favorece a aprendizagem. O educador com quem mantém relação tem o papel de oferecer um relacionamento em que o aluno tenha segurança e se sinta motivado a conhecer seu próprio eu. Cabe ao educador manifestar empenho e respeito com as crianças, pois só assim elas terão a oportunidade de construir seu autoconhecimento.

Mielnik (2004,p. 172) destaca que:

As relações interpessoais do professor e alunos devem ser de tal tipo que a criança possa com absoluta liberdade tomar conhecimento, atualizar e experimentar sua própria personalidade. Os professores podem colaborar nesse sentido quando demonstra um interesse verdadeiro pela criança, respeitam sua individualidade e aceitam-na sem discriminação. Agindo dessa forma, não estaremos incrementando o egoísmo infantil e sim favorecendo a criança o conhecimento de si mesma, de suas qualidades e das tendências de sua personalidade.

Desde o surgimento da Pedagogia, em épocas bem remotas na Grécia, havia uma busca constante pelos profissionais da educação em encontrar uma estratégia educacional infalível para trabalhar a afetividade infantil (KULLOK, 2002).

Hoje, após muitas pesquisas, concluiu-se que a única base de possibilidades suficientes encontra-se concentrado na relação professor-aluno.

Em um ambiente prazeroso, alegre, agradável e aconchegante a criança se envolve com muitos fatores que motivam seus desejos e a fazem sentir segura e amada como se estivesse em seu próprio lar, principalmente porque ela passa horas sem a presença da família.

O interessante é que os alunos digam: “aqui é a extensão da nossa casa” (CLEMENTE, 2006, p. 55). É neste ponto que a escola deve auxiliar. O ambiente escolar deve se apresentar como aquele meio em que a criança se descobre frente ao mundo e ao mesmo tempo possuir um caráter familiar.

Saltini (1997, p. 20) assevera que,

[...] a relação que o aluno estabelece com o professor é fundamental enquanto elemento energizante do conhecimento. As famosas estratégias educacionais nada mais são do que a criação de relações adequadas, afetiva, carinhos, restabelecendo sua beleza, diante de si e do mundo, na medida em que aprende.

A escola, como extensão do lar da criança, deve oferecer total apoio ao aluno no sentido de se sentir bem, acarinhado pelo educador e não como se ela estivesse em um ambiente simplesmente para aprender.

A criança como ser que possui emoções precisa essencialmente sustentar vínculos de amor e carinho onde quer que esteja. No meio escolar o convívio

prazeroso entre professor-aluno é capaz de expandir o processo de aprendizagem tornando-o expressivo e agradável.

Saltini (1997, p. 29) considera que,

[...] o ato educativo deveria estar a serviço do desenvolvimento e do bem-estar do homem e em profunda harmonia com ele mesmo e com o meio em que vive. O afeto buscando o prazer se transforma em interesse e este por sua vez provoca a interação com o meio.

A afetividade é de extrema importância para o desempenho integral da criança, assim é necessário caminhar e investir nessa prática, que age de maneira simultânea e decisiva no processo de ensino aprendizagem.

Luck e Carneiro(2001, p. 11) enfatiza que,

[...] deve-se dar especial atenção ao desenvolvimento afetivo dos educandos, visto que o funcionamento total do organismo, em qualquer momento e circunstância, envolve uma significativa e indissociável parcela de sentimentos e emoções.

Destacando os laços de afetividade como fator determinado do desempenho da cognição, é essencial que, além de promover apenas conhecimentos momentâneos, a escola permita aos educandos assimilar e absorver conhecimentos que perdurem. Este aspecto também é comentado por Luck; Carneiro (2001, p. 21) que ensina que, “o processo educativo deve buscar harmonizar aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, tendo em vista a promoção do desenvolvimento em longo prazo, como com vistas à aprendizagem de efeito imediato”.

Dessa forma, o ambiente escolar é um ambiente que possui como meta atender e oferecer aos alunos liberdade de expressão e oportunidade de interagir com normas e direitos da sociedade, mas deve fundamentalmente colaborar no processo de descobertas e reflexão internas, que produzirão interações externas com a sociedade.

Partindo desse pressuposto, é essencial considerar que as escolas devem elaborar estratégias educacionais que admitam mais que o desempenho cognitivo, como desenvolver emoções e sentimentos, que resultam em aprendizagens mais divertidas, categóricas e unificadas, como mostra Luck e Carneiro (2001, p. 12):

A escola deve promover o desenvolvimento integral do educando. Deve ajudá-lo a aprender em todos os sentidos, isto é, não somente quanto a conhecimentos e habilidades intelectuais e ao mundo exterior, mas também quanto à habilidade sociais, pessoais, atitudes, valores, ideais e seu mundo interno.

Assim, o modo de desenvolvimento da autoestima possui interação com o desejo e incentivo da criança em aprender. Paulo Freire destaca: “Quanto mais solidariedade exista entre o educador e educando no trato do espaço pedagógico, mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola” (FREIRE 2000 apud CLEMENTE, 2006, p. 54).

As crianças possuem demasiada necessidade de interagir por meio da comunicação. Elas devem ser ouvidas, motivadas e acarinhadas diariamente. E o elemento que eleva a autoestima é o afeto, pois quando oferecido o vínculo afetivo, a aprendizagem, e a motivação se tornam conquistas primordiais ao autocontrole do aluno e seu bem estar na escola.

Bean (2005, p. 32) entende que:

A elevada autoestima estimula a aprendizagem. O aluno que goza de elevada autoestima aprende com mais alegria e facilidade. Enfrenta as novas tarefas de aprendizagem com confiança e entusiasmo. Seu desempenho tende a ser um sucesso, pois a reflexão e o sentimento precedem à ação, demonstrando “firmeza” e expectativas positivas, diferente de um que se sente incompetente, fracasso.

O desempenho cognitivo está totalmente às relações afetivas, contudo é necessário que o aluno tenha na escola ações de afeto voltadas a ele, para que consiga aprender com qualidade. É importante que ele sinta-se querido, acolhido e parte do processo a que está inserido.

Tiba (2008, p. 45) considera que:

Cuidar é mais que ato, é uma atitude, portanto abrange mais que um momento de atenção, de zelo e desvelo. Representa uma atitude de preocupação, responsabilização e envolvimento afetivo. Por isto, é preciso cuidar da terra antes e depois da semente ser lançada, para que a planta possa crescer, florescer e dar bons frutos.

Entretanto, para que isso aconteça, o professor precisa acreditar no que fala, ter princípio em seus ensinamentos para que os alunos também confiem e se sintam

preparados e motivados. O professor necessita de preparo para caminhar corretamente e alcançar os objetivos que deseja.

O professor nunca pode ser arrogante, o dono do saber, principalmente aquele da escola do início do século passado. O professor não deve ser um ditador, mas um educador que realmente gosta de seus alunos, abraça, distribui sorrisos, no momento certo.

Contudo, o professor deve colocar regras e limites, mas, essas ações devem ser realizadas de forma afetiva, dócil, sem querer criar desavenças, tudo muito bem equilibrado, dosado.

O verdadeiro educador deve vibrar no momento que está explicando algo a seus alunos, ter paixão por cada momento com eles e demonstrar isso; nunca discriminar e nem “rotular” o aluno, pois este levará tal situação para o resto da vida. “Ele deve ser participativo e mostrar que tem responsabilidade de conduzir um processo de crescimento humano, de formação de cidadãos, de fomento de novos líderes” (WENZEL, 2006, p. 34). Não é ser perfeito, pois assim não teria mais o que mostrar às suas crianças, mas ser afetivo e saber lidar com essa característica a cada momento, pois somente assim ajudará e muito no desenvolvimento cognitivo da criança.

Viu-se que a criança se situa em cada instituição de determinado modo, família e escola, mas que cada uma é importante para que a disciplina escolar se instale com qualidade e sucesso.

O mundo onde as crianças vivem é embasado num conjunto de fenômenos sociais, naturais e morais diante do qual se mostram com capacidade de quererem saber mais e mais a cada dia. Assim, quando já pequenas, pela vivência e experiência com o meio natural e social no qual se situam, as crianças aprendem sobre o mundo por meio de indagações e questionamentos sobre tudo que vêem, e sentem.

2. O ELO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA EM PROL DA DISCIPLINA ESCOLAR

2.1 LIMITES E REGRAS NA EDUCAÇÃO FAMILIAR

A família pode e deve auxiliar a disciplinar no ambiente escolar por meio de algumas ações. Entretanto, primeiramente o que é disciplina? Como pode ser definida?

A disciplina pode ser definida como “um processo educacional, no qual a criança aprende a deixar de lado as satisfações imediatas, ou seja, deixa de querer tudo na hora” (PARREIRA, 2005, p. 81).

De um modo geral, disciplina trata-se da junção de regras voltadas a ética com o intuito de conseguir uma meta. Ética nada mais é que um critério qualitativo referente ao ser humano que se refere a preservar e respeitar o bem estar biopsicossocial deste (LOURENÇO, 2005).

O autocontrole é aprendido e a criança irá consegui-lo apenas por meio de atitudes firmes ao mesmo tempo delicadas, racionais e persistentes de seus pais. Assim, quando ela for para a escola, vai ser capaz de respeitar, obedecer às regras, facilitando o seu aprendizado escolar.

Para Kant, a disciplina, é condição essencial para tirar o homem de sua condição natural selvagem, não apenas com bons modos, mas educá-lo para ser realmente um homem. Não é certo que a criança fique parado e quieto na cadeira da sala de aula, entretanto é necessário para possibilitar que a mesma aprenda a controlar seus impulsos, e conseqüentemente conseguirá se humanizar (AQUINO, 1996).

É interessante dizer que a disciplina é à base do autocontrole, um edifício que se constrói desde cedo no desenvolvimento da pessoa. “Por essa razão, a disciplina, enquanto recurso formador de bons hábitos e atitudes deveria começar desde o nascimento, com medidas simples, como por exemplo, a regularidade nos cuidados diários e nas rotinas do lar” (TIBA, 2009, p. 56).

Às vezes os pais se queixam que é difícil disciplinar no lar, que os filhos não obedecem e acabam fazendo o que querem. Logicamente, que para algumas crianças não é fácil colocar limites, principalmente para aquelas que nunca tiveram essa experiência. Em primeiro lugar, é necessário que exista envolvimento dos pais

em relação a tais aspectos, ou seja, os pais têm de sentir a necessidade da disciplina e realmente se empenhar nessa tarefa.

Algumas pessoas acham que dar limites aos filhos é uma questão de opção, mas essas pessoas não sabem que há uma progressão de problemas que podem resultar na falta de limites.

A criança que não aprende a ter limite para o seu querer, para os seus desejos e vontades, que tudo quer e tudo pode, tende a revelar uma série de dificuldades que se vai dispondo dia após dia.

Baseando-se em Zagury (2010), os pais podem ajudar a disciplinar na escola através de algumas práticas, como por exemplo: ter mais diálogo entre todos, não somente entre pais e filhos, mas entre os próprios pais para que os filhos os tenham como exemplo; auxiliar os filhos a terem uma postura crítica diante dos meios de comunicação, como por exemplo, ao que se refere ao consumismo, contra valores, exploração da sexualidade, mentiras do sistema, entre outros; conduzir, por meio de palavras e gestos, os filhos a refletirem sobre o sentido da vida: viver para que?

Há que se perceber a possibilidade de uma nova perspectiva, que supera dialeticamente as duas anteriores: ser uma pessoa competente e ao mesmo tempo solidária, envolvida com a transformação social. Zagury (2010) continua a explicar que, Os pais nunca devem “passar a mão” na cabeça dos filhos, acharem que tudo está normal, pois assim eles encontrarão nos pais um apoio para tudo de errado que fizeram; O filho deve se sentir motivado diante dos pais que devem acreditar em suas possibilidades e de modo algum, os pais podem oscilar entre “tudo pode” e “nada pode”, há de se ter um equilíbrio, estabelecer limites.

O que se tem percebido nas famílias, é que estas têm colocado ou não regras de forma autoritária, ou simplesmente deixando de aplicá-las aos filhos. A questão é que muitos pais possuem medo de que os filhos não irão amá-los, caso estabeleçam limites a eles, produzindo assim uma relação estagnada, sem respeito, infrutífera.

Os pais nunca devem colocar um “não” aos filhos, sem explicar o porquê dessa decisão. A razão deve ser dita, comentada, sem simplesmente dizer “não”.

Tudo o que for colocado aos filhos, não se deve ficar no senso comum, ou seja, em toda a família é assim, aqui também será assim.

Ao impor uma norma ao filho, os pais nunca devem fazê-la ao calor do momento, pois depois de tudo passar, eles se arrependerão e tal atitude não é boa; principalmente se eles estiverem errados. Caso, isso aconteça, os pais devem pedir

desculpas ao filho imediatamente. Seria até um modo de mostrar o senso de justiça a eles.

É interessante dizer que, os jogos são atividades em que há inúmeras regras, por isso, os pais devem incentivar seu filho a praticá-los para que aprenda a se relacionar e a respeitar melhor as regras e limites. De preferência que aja participação em conjunto, pais e filhos em prol de um momento só deles.

Os pais de modo algum podem aplicar regras e limites ao filho de forma “esforço-recompensa”, “prêmio-castigo”, como por exemplo, se a criança passar de ano, ela ganhará determinado presente no natal. Tal atitude não é favorável à criança, porque quando estiver adulta será dependente de estímulo para realizar um bom trabalho, além do mais não desenvolverá sua autonomia (ESTRELA, 2007).

Em se tratando da escola, a família deve valorizá-la, além do estudo. Os pais devem acompanhar os filhos, não somente quando forem com nota “vermelha” no boletim, mas a todo o momento. Há famílias que ao saberem das notas não satisfatórias do filho, ameaçam-no ou até o espancam. Essas “soluções” não podem ocorrer, pois há violência e não limite. A violência gera violência, e conseqüentemente no ambiente escolar produzirá indisciplina.

Outro fato, que ocorre relacionado aos filhos e pais voltado a escola, é que não devem ficar enchendo as crianças de perguntas sobre as avaliações, ou mesmo ligarem para outras mães em busca da matéria que irá cair, ou até mesmo outras questões. Isto não pode ocorrer, porque se deve dar autonomia às crianças, crédito, confiança.

A participação ativa e consciente dos pais ajuda a escola a cumprir melhor o seu papel, no entanto, a intromissão apressada, irrefletida pode causar sérios danos. Quantas vezes os pais indignados com algo que o filho relata, e, quando vai verificar, foi apenas um mal entendido.

Além disso, os pais devem mostrar aos filhos que as pequenas frustrações diárias podem ser resolvidas e superadas com muita paciência e dedicação.

É interessante também que os pais ensinem aos filhos a esperarem a sua vez de se servirem, por exemplo, na hora do jantar. Esse “pequeno ensinamento é de grande valia para quando ela crescer, estiver adulta, esperar a sua vez na fila de um banco, ou de um supermercado, ter paciência em esperar o chefe se decidir sobre um parecer; e tudo de forma sem ser considerado um insulto (TIBA, 2009).

Quando os pais forem presentear o seu filho, por meio do desejo deste, eles devem averiguar se realmente ele está necessitado ou se é por capricho, porque determinado coleguinha tem e ele quer também.

O exemplo é tudo, ou seja, algo que os pais querem do filho, eles devem dar exemplo. As crianças prestam mais atenção no que veem do que no que escutam. E é lógico, que para os pais darem limites a elas, eles também têm que terem limites.

E para finalizar, não se deve falar de castigo, mas de correção, pois tem-se um propósito que é educar o filho e não puni-lo. Quando se faz algo errado e percebe-se o erro, sempre se procura corrigir na próxima vez; assim também a criança, que precisa ser advertida em relação ao que fez de errado. Essa sinalização tem o objetivo de educar a criança, levando-a a agir com comportamento adequado à situação. Portanto, ao educar, deve-se substituir a noção de castigo pela de correção. Outro ponto para a disciplina na escola.

No que se refere ao aspecto correção, é necessário salientar alguns pontos:

1. É importante, antes de tudo, como já foi ressaltado, dizer com clareza para a criança o que se espera dela nas diversas situações do dia-dia. Usar o diálogo, a conversação pura e simples para ressaltar, sempre que houver oportunidade, aquilo que é considerado, como condutas desejáveis ou indesejáveis, e o porquê do ponto de vista (TIBA, 2009).

2. Procura-se evitar a armadilha de fazer promessas vinculadas ao bom comportamento ou ao cumprimento de deveres. O grande inconveniente dessa prática é que ela impede que a criança desenvolva a noção de responsabilidade, acomodando-se a uma atitude de só cumprir suas obrigações mediante recompensa, ou seja, fica dependente do prêmio prometido, não adquire autonomia (TIBA, 2009).

3. O corretivo não precisa ter longa duração. Por exemplo, não é conveniente privar a criança de brincadeiras por mais de uma semana como fazem alguns pais; um ou dois dias são suficientes (TIBA, 2009).

4. Antes de corrigir o filho, os pais devem observar se o problema é originado do comportamento ou se o mesmo não consegue cumprir a ordem por falta de entendimento. A questão é que uma criança pode deixar de realizar determinada ação porque não quer parar de brincar ou porque não sabe. Em se tratando de falta de competência, os pais não devem puni-la, mas auxiliá-la na dificuldade (TIBA, 2009).

A criança que a ela não é aplicado limites às suas ações, tendo tudo e podendo tudo, tende a evoluir para um quadro de dificuldades dia a dia.

É necessário que os pais ensinem e dêem exemplo de um relacionamento social positivo frente ao mundo aos filhos. Que façam com que os filhos entendam que se trabalharem e produzirem poderá desfrutar das vantagens alcançadas, que ao contrário de somente aguardarem tudo chegarem até eles, provavelmente terão poucas chances de conseguir o que tanto desejam; se são cordiais e amigos, receberão esse mesmo tratamento em troca; que procurem lutar pelo que almejam de forma honesta e produtiva.

Tudo isso são ações duras, árduas e rotineiras, que pais devem travar com os filhos. Entretanto, para se ter filhos cidadãos, honestos, responsáveis e conscientes de seu papel frente à sociedade, os pais devem enfatizar somente ações positivas perante a eles.

A escola é uma instituição que muito irá auxiliar os pais nesse sentido, entretanto nunca os poderá substituir. A família é a base, o alicerce de uma ótima estrutura voltada a disciplina escolar.

2.2 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO BASE EDUCACIONAL

Diante da questão dos limites, há duas grandes alternativas para o educador: se isentar da luta ou encarar o combate.

“A demissão da luta pode ser efetiva (o professor muda de profissão) ou passiva (o professor continua em sala de aula, mas já não acredita mais no que faz)” (SANCHES, 2005, p.43).

O professor, que realmente quer ser um professor, tem que trabalhar com a realidade que tem em sala de aula; não adianta ficar se lastimando, tentando se passar por vítima. São os alunos que tem e com eles tem que desenvolver o seu trabalho, ou seja, essa é a realidade.

Outro elemento importante que se destaca em qualquer trabalho educacional é confiar que o outro pode mudar.

Muitas vezes, o modo como os professores retratam os alunos, como sendo desinteressados, acomodados, despreparados, entre outros é algo inadmissível, pois a verdadeira relação educativa não se faz sem um vínculo de confiança

recíproco. “O educando deve confiar na competência do professor e o professor confiar na capacidade de aprender do educando” (VASCONCELOS, 2006, p. 67).

Deve-se ter uma relação de confiança entre os dois atores mais importantes da educação, o educador e o educando, pois somente assim o respeito prevalece, a disciplina se concretiza.

Até, porque, como mostra Tiba (2010, p. 97), “a situação do professor e da sala de aula não está nada fácil; não se pode deixar de reconhecer isto. Mas daí a chegar a jogar toda responsabilidade no aluno ou na família, há uma grande distância” (TIBA, 2010, p. 97).

O professor tem que ser mais ativo e dinâmico, para reconstruir sua proposta pedagógica, ou seja, ele deve ter mais pulso firme com o seu aluno. Ele deve ao mesmo tempo, “conseguir as condições favoráveis de trabalho em sala de aula e comprometer-se com a luta mais geral de mudança da escola, alunos, pais e sociedade” (VASCONCELLOS, 2006, p. 45).

Portanto, o educador deve ajudar a construir a disciplina ativa e coletiva. Eis alguns embasamentos para tal processo.

a) Proposta adequada: o que se chama de proposta adequada é aquela ajustada com a realidade e necessidades dos alunos. “Se a metodologia de trabalho do professor é essencialmente expositiva, a única disciplina admissível é o silêncio dos alunos” (VASCONCELOS, 2006, p. 68).

b) O estudo é também trabalho: a atividade escolar, por procurar o desenvolvimento do saber, envolve renúncias, lutas, privações, limites, sendo que há necessidade de atenção, devoção, controle de si mesmo.

c) Não vincular nota à disciplina: em hipótese alguma isto deve ocorrer. Há aqui um grande equívoco pedagógico que precisa ser desfeito. Fala-se muito da necessidade de superar a concepção de avaliação como medida, de humanizar mais a avaliação, de não restringir o aluno ao mero cognitivo, enfim, da necessidade de avaliar o aluno como um todo. Até ai, há perfeito acordo. O problema surge quando vamos concretizar este princípio na prática pedagógica (TIBA, 2009).

Esta avaliação sócia afetiva pode ser feita através de uma ficha específica, um parecer descritivo, sem valer nota.

Como já visto, “a disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar” (TIBA, 2010, p. 99). Assim, ela é

uma característica benéfica do relacionamento entre educadores e alunos na sala de aula, e logicamente do ambiente escolar.

“Como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em conta as características de cada um dos envolvidos: professor, aluno e ambiente” (TIBA, 2010, p. 99).

O professor é a base para a socialização escolar. O aluno é a outra base para a disciplina escolar e êxito no aprendizado. Hoje, a maior dificuldade que o aluno tem é a escassez de motivação, ou seja, ele próprio não sabe por que estuda. Mas, quando há algo que o interessa como computador, jogo de vídeo game, entre outros, ele se mostra extremamente interessado e disciplinado.

“O sistema de primeiro e segundo grau é aprovativo, ou seja, estimula somente o estudo para passar de ano, com conhecimento muitas vezes, descartáveis após a prova” (LOURENÇO, 2005, p. 120).

O ambiente no interior das salas de aula influi na disciplina, como por exemplo, salas com muito barulho, onde não há como ouvir um ao outro, o calor fora do normal, ou uma sala como não há como aconchegar de forma correta os alunos.

Outro motivo para falta de disciplina é um professor que trabalha numa instituição que sempre defende o aluno, mesmo que a ação do mesmo tenha sido grave ou de muito mau gosto, assim ele não tem o apoio da instituição quando necessita.

Os grupos de alunos apesar de até possuir a mesma idade cronológica em uma sala de aula apresentam características bem diferentes, é que nem sempre o desenvolvimento emocional está condizente a idade cronológica. “Cada aluno traz dentro de si sua própria dinâmica, isto é, seus valores familiares, como questões de comportamento, disciplina, limites, autoridade, dentre outros. Cada um tem suas características psicológicas pessoais” (LOURENÇO, 2005, p. 120).

Portanto, cada aluno age a sua maneira, cada um tem seu modo de pensar. Tanto que, para muitos estudantes, o lema é: “A escola é boa, o que atrapalha são as aulas”. (ESTRELA, 2007, p.36).

Volta-se a dizer: aprender é como comer. O alimento é ingerido e digerido para fornecer a energia que será acumulada e utilizada no que for preciso. Para aprender, é preciso receber o conhecimento, estudar para incorporá-lo e acumular sabedoria para ser usada quando necessário. O verdadeiro saber é aquele que aparece automaticamente no cotidiano, aumentando a eficiência e o prazer de viver.

Na classe, a informação é oferecida pelo professor. “A digestão dessa informação é tarefa ao aluno a ser executada em casa e consiste num acúmulo de sabedoria, que nada mais é do que conhecimento armazenado, porém dinâmico, isto é, pronto para ser utilizado a qualquer momento” (LOURENÇO, 2005, p.121).

Atualmente, os alunos estão sofrendo de anorexia do saber. O pouco que sabem já acha que é muito e se recusam a ingerir mais.

Ensinar pode ser muito divertido, pois é repartir os seus conhecimentos com quem nada sabe. Não apenas o saber formal das escolas, mas também o informal, que muitas vezes é muito construtivo, até pela motivação que desperta a vontade de aprender. Assim, ensinar nada mais é que um gesto de amor.

(Estrela (2007, p. 38) explica que, “quando o professor prepara com cuidado o conteúdo a ser transmitido, o aluno pode aprender por prazer. Seu interesse para a matéria deve ser despertado do mesmo modo que um trailer convida a assistir a um filme”. Se de fato o professor integrou a informação à sua vida, e não apenas a decorou, ele deve ser capaz de fazer a correlação entre a matéria e os fatos cotidianos.

A física, por exemplo, tem muito em comum com o esporte. Existe uma grande diferença entre o professor que só quer passar a matéria e o que sabe o valor da informação para o presente e o futuro do aluno.

Como a vida do jovem é bastante restrita a seu próprio, interesse com frequência o professor precisa estimulá-lo a ampliar seu universo, a buscar notícias além do seu mundinho. Ao pedir ao aluno para trazer materiais, como jornais e revistas de casa, relacionados ao assunto colocado como estudo, o professor está conduzindo o aluno a também “fazer” a aula ficar mais atrativa, o que no caso aumenta seu interesse. Entretanto, a grande maioria dos alunos prefere encontrar tudo pronto a buscar informações.

Tiba (2010, p. 107) comenta que, o professor tem um papel essencial como fonte emissora do conhecimento que os alunos captam com a informação. “Alguns estudantes adoram ou detestam certa matéria justamente por causa do professor.”

Os atributos para um professor ser “querido” pela turma é realizar a junção do humor e um pequeno teatro, destacando o limite entre o adequado ou inadequado, saber ouvir, mas exigir quando necessário.

Professor inibido não faz sucesso, sendo que quase sempre é alvo de brincadeiras desrespeitosas por parte dos alunos. “O indivíduo precisa se preparar

para desempenhar a função de professor, não apenas no conteúdo, mas também na forma desenvolvendo essas características – sobretudo o bom-humor –, caso não as tenha” (LOURENÇO, 2005, p.123).

Há maravilhosos comunicadores que na vida privada são tímidos. Entretanto na frente das câmeras, eles se soltam e vestem o uniforme de trabalho, que é a comunicação. “O professor precisa vestir o seu uniforme para superar a timidez” (TIBA, 2010, p. 108).

A formação da cidadania só se configura diante de direitos e deveres. Os alunos devem tomar parte na execução das normas. Saber trabalhar com limites. Avaliar as normas através de assembleias de classe e/ou dos representantes de classe junto à orientação, coordenação ou direção.

Tudo o que foi deve ser bem trabalhado e avaliado pelo educador. O professor precisa desenvolver a autocrítica, revendo o que for necessário. O aluno aceita o erro, mas não aceita a falsidade, a hipocrisia. A construção da coletividade na sala de aula exige um auto questionamento constante do professor.

2.3 FAMÍLIAS X ESCOLA EM PROL DA DISCIPLINA ESCOLAR

O professor é o centro, o principal personagem das mudanças educativas, por isso, ele deve sempre estar reciclando sua formação pedagógica. Mas e a família? Se estiver em parceria com o professor, com a Escola pode ajudar nas mudanças educacionais, no sentido de uma disciplina melhor dentro da instituição escolar? A disciplina deve ser imposta ou livremente consentida através da junção de limites Escola/família?

Desta forma, tratou-se no presente trabalho, até o momento, dos limites de cada instituição, família e escola, mas em itens separados. À partir de agora será tratado como as duas instituições em comento podem juntamente ajudar na disciplina escolar.

O ponto de partida para uma educação significativa para o aluno tem de ser a sua realidade. Desta maneira, os temas abordados em sala de aula deverão estar em sintonia com os acontecimentos que cercam a sua realidade. Atualmente, é comum verificar que o ensino já não atende mais às expectativas do aluno, não o resgatando para o acesso ao conhecimento, e sim para um ambiente que lhe serve de simples passatempo, de encontro com os amigos. A postura de todos os

envolvidos na comunidade escolar, como professor, aluno e família deverá promover a reorganização da experiência cotidiana e espontânea. Aqui está a parceria professor/família que está se referindo, ou seja, para ajudar na disciplina, o pensamento educacional tem que estar dentro da realidade, o dia-a-dia, da prática com o cotidiano do aluno. Assim, sem motivação, da não realidade que o aluno vive, não há disciplina, ou seja, o aluno não tem o porquê ficar “quieto”, prestar atenção em algo que não tem compatibilidade com sua realidade, com sua vivência. Portanto, a família deve estar presente na Escola mostrando por meio de conversas com o professor como a criança é em casa, o que gosta, o que faz nas horas de descanso, enfim o seu cotidiano. Os pais devem procurar fazer com que a Escola conheça o seu filho para que esta instituição saiba trabalhar melhor com a bagagem que ele traz de sua vivência familiar, e conseqüentemente conseguir a tão almejada disciplina escolar.

Como mostra Piletti (2005, p. 28),

Para os alunos a escola é um lugar no qual eles não se sentem bem à vontade. Mesmo aqueles que, fora da escola, são faladores, espertos, curiosos e alegres, dentro da sala de aula vão ficando calados, passivos e tristes. A escola não tem nada que ver com sua vida de todo o dia. Dentro dela não há lugar para seus problemas e preocupações. Tudo aquilo que eles sabem de experiência própria e bem vivida não é levado em conta na escola.

E não ocorrendo estas falhas, a Escola não foge para um isolamento e sim vai para o topo como a principal receptora e geradora do contínuo processo de aprender e de transformar a sociedade. E a família deve estar presente juntamente com a escola, pois uma parte pode compensar o que a outra não consegue realizar. Sabe-se que a família tem um papel educativo diferente da escola, a escola trabalha com a apropriação da cultura e dos conhecimentos humanamente e historicamente reconhecidos. E a família trabalha, ou pelo menos tenta trabalhar a conservação do papel educativo da escola, ou seja, tem que pelo menos ter interesse e participação no que a criança faz na Escola. O papel da família na educação é juntamente com a escola ajudar a criança no seu desenvolvimento psicológico, físico, emocional para que a mesma se torne um cidadão participativo, crítico e acima de tudo responsável consigo mesmo e com os atos que o envolve.

Contudo há uma série de coisas envolvidas. Os pais quase não têm tempo de participar da escola, sendo que é na escola, onde há o principal agente de mudanças, o professor, o qual ao tentar mudar o seu jeito conservador fica sempre no falar e não faz absolutamente nada, fica na típica ação fala muito e pouco faz, ou seja, há tantas falhas do lado da família, como da Escola.

A manutenção da disciplina, quando é imposta e não com limites bem trabalhados, dá ao professor a falsa sensação de segurança. Falsa, porque a heterogeneidade da turma ameaça, desestabilizando e inquietando o professor quanto a sua permanência neste lugar, é que cada criança possui seu jeito específico. Embora a disciplina seja imprescindível, a manutenção dela por parte do professor deixa-o numa situação dúbia: de um lado estabelece os limites e, de outro, tem por função desenvolver a autonomia, a individualidade (AQUINO, 1996).

A crença do professor de que ele, ao submeter os alunos às normas, elimina os conflitos, o torna ignorante de que o controle totalitário e o planejamento racional são desnecessários frente ao poder natural dos alunos para estarem juntos, impossibilitando, assim, qualquer tipo de autoritarismo.

Desta forma, o professor não deve impor disciplina, mas trabalhar a disciplina diante de limites estruturados com a ajuda da família daquele aluno que sempre está causando-a, ou mesmo sendo indisciplinado em sala. A escola não vai se transformar num paraíso, mas será o espaço em que em alunos e professores terão a oportunidade de elaborar regras de acordo com princípios democráticos (CARBONELL, 2002).

Os pais deveriam criar oportunidades de diálogos, conversas informais, brincadeiras em casa que auxiliem a disciplina escolar e a escola levar em consideração as opiniões dos pais em processos de decisões que afetam o bom funcionamento da mesma e das crianças. Esta junção de fazeres amenizaria, ou porque não acabaria com a indisciplina escolar.

Para que seja benéfica, uma parceria entre as duas instituições deve, em primeiro lugar, delimitar o papel de cada uma. Toda parceria implica diálogo e conflito e o conflito tem que ser trabalhado para que se atinja um nível de respeito mútuo.

A escola não pode continuar a ser uma ilha, cercada das mesmas ideias e pessoas, um ambiente restrito a somente determinado assunto, crença ou hábitos. “A escola tem de preparar os nossos jovens, de forma que atendam aos novos perfis

que estão sendo delineados no mundo a ser enfrentado fora dos muros escolares” (CARBONELL, 2002, p. 113). Além disso, preparar novos profissionais, professores que lutam para que escola não fique neste marasmo: com professores sem capacidade para exercer o magistério, sem autonomia e incapaz de administrar recursos. Entretanto, com valores disciplinares através de regras e normas vivenciadas em casa e na própria escola para que uma instituição não culpe a outra pelos transtornos que poderão vir no futuro.

Aos professores, faltam autoestima e orgulho e sobram complexos de inferioridade e lamentos — não críticas — que não conduzem a nada. Não se pode ficar o tempo todo falando das misérias da profissão e esquecer-se tão facilmente de suas grandezas e satisfações. (CARBONELL, 2002, p. 113).

A escola não deve ficar a cinco séculos atrás quando os nossos mestres-escolas, os jesuítas, aqui desembarcaram. A instituição deve construir o alicerce capaz de permitir um grande salto adiante na qualidade do que é ensinado na sala de aula, pois somente assim algum dia a escola será culturalmente mais sábia, pedagogicamente mais atraente, institucionalmente mais democrática e socialmente mais igualitária.

Em suma, a partir da parceria professor/família a escola pode mobilizar ideias e recursos para conseguir uma formação básica adaptada às necessidades específicas e mutáveis; orientar os alunos na transição da escola para a vida ativa; buscar fórmulas imaginativas e inovadoras, iniciar campanhas contra a violência e criar centros de educação de adultos; e gerar ofertas de formação contínua com o objetivo de transmitir regras e limites não impostos, novamente frisa aqui, mas trabalhados através do diálogo.

“Precisa-se deixar claro que escola e família têm contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas; nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade” (BASSEDAS, HUGUET e SOLÉ, 2007, p. 283). Também é preciso considerar que as divergências sobre as quais foram faladas nem sempre são da mesma ordem. Há muitas variáveis que incidem para que a perspectiva educadora de uma família e de uma escola encontra-se mais ou menos próximas: depende do grau em que os progenitores possam procurar e selecionar o lugar que lhes pareça mais adequado às suas idéias

e expectativas; depende também do grau em que as escolas se abram e mostrem-se como são.

Em qualquer caso, a partir da perspectiva psicológica de favorecer o crescimento harmônico da criança, é correto que os educadores voltam sua dedicação tanto às características das experiências educativas que estão ao seu alcance no contexto da escola, como às relações que estabelecem com o seu contexto primário, que é a família.

Em uma perspectiva de junção, que tende a confiança e conhecimento, é possível realizar o que seja essencial: garantir que as duas instituições de desenvolvimento mais interessantes nos primeiros anos de vida de um indivíduo possam comungar princípios educativos que aflorem o crescimento harmônico das crianças, e assim trazer a disciplina por meio das regras e limites inseridos.

Muitas vezes, a mãe, o pai e a professora atuam de maneira diferente diante de uma mesma manifestação da criança; com frequência, quando isso acontece, sentimo-nos tentados a mostrar nossa bondade sobre a atuação da outra pessoa, e isto tira a autoridade um do outro, ou mesmo a autonomia, que é péssimo para a criança. Tipo: quem faz o que? Quem é quem? O correto seria as duas instituições chegarem a um denominador comum através das reuniões em grupo, ou mesmo individuais frente a frente, professora e mãe/pai discutindo o que fazer em casa e na escola ao mesmo tempo. A família e escola trabalhando o problema de uma só maneira, logicamente com aspectos diferentes, pois cada um com o seu trabalho. As condições do contexto em casa e na escola são diferentes, o que contribui para a atuação dos adultos, diante das manifestações das crianças, possa ser influenciada pelo contexto institucional: mais ou menos crianças, espaço amplo ou reduzido, número de adultos, etc. É possível que em casa, por exemplo, a mãe ou um avô possam estar sempre observando a criança, insistindo para que escolha os brinquedos, enquanto na escola esse comportamento regularmente é feito de uma maneira diferente e possivelmente menos individualizada. É lógico que a criança, a princípio, responde de modo diferente: que na sua casa seja ordenada e que na escola resista às ordens, aos limites, as regras, normas colocadas. Normas ou limites, regras colocadas democraticamente e não impostas como se as crianças fossem meros “bonequinhos de corda” (CARBONELL, 2002). Aqui também está uma maneira para a tão sonhada junção para uma melhor disciplina escolar.

Às vezes, os pais e as mães têm expectativas pouco positivas a respeito da criança e a respeito de sua própria atuação como agentes educadores; isso se torna mais evidente à medida que as necessidades da criança são mais graves e permanentes. Outras vezes, ao contrário, tendem a não ver as dificuldades e a atuar de uma maneira pouco adequada para ajudá-la, porque, afinal, negam o problema.

Por sua vez, os professores podem sentir-se também atrapalhados diante de um menino ou de uma menina diferente, da atuação que é menos previsível que a dos demais e sobre o qual sentem exercer menos influência.

Talvez esses sentimentos não possam ser evitados, mas podem ser amenizados se for possível conservar, rever a orientação para administrar a situação, trabalhar de maneira conjunta com especialistas cuja perspectiva incide na resposta educativa em relação à criança. Também aqui está a parceria família/escola em relação à indisciplina, ou seja, o trabalho em grupo: família/educadores.

Bassedas, Huguet e Solé (2007, p. 289) revelam que, “as relações entre a família e o centro educativo devem proporcionar que os pais e as mães possam compreender aceitar e valorizar a tarefa educativa da escola.” Sabe-se que a idéia que existe entre os pais em geral, em um determinado nível social, é que aquilo que é feito na escola pode ser muito diferente do que corre na realidade.

[...] as mães consideram que são muito importantes os princípios educativos do tipo diretivo, enquanto os educadores mostram-se mais partidários à flexibilidade; as mães também se mostram partidárias de iniciar o ensino da leitura e da escrita nessa etapa, em contraste com a opinião sustentada por muitos professores. Essas crenças radicalizam-se no caso de pais com um nível de estudo inferior e de educadores e educadoras profissionais mais jovens (BASSEDAS, 2001, p.290)

Alguns desentendimentos podem ser produzidos por esse desconhecimento, por crenças mentirosas ou por princípios opostos em se tratando do papel da escola. Romper obstáculos ajuda a ter uma visão mais ajustada do que se faz na escola para fazer com que pais e mães valorizem e passam a ser um referencial para algumas relações construtivas e proveitosas para todos.

Bassedas (2006, p. 290) destaca que,

[...] o certo é que as famílias conheçam e valorizem o que se faz na escola, requer um conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar as decisões mais convenientes ao caso presente.

A reflexão sobre o que fazer e para que fazer também precisa ser conhecida. Nesse sentido, convém preparar, com muito cuidado, as reuniões coletivas com as famílias, as quais não deverão ser muito formais ou frias; deve-se ter um roteiro, explicar a proposta da escola para essa faixa etária e o porquê, quais as atividades previstas para conseguir, como serão organizados os contatos e a participação dos pais e das mães. Também é importante traçar as semelhanças e também as diferenças entre uma escola infantil e uma escola de ensino fundamental, o que contribui para que os pais e as mães ajustem seus critérios pessoais para valorizar o que a criança faz na escola.

Convém considerar, também, que existem muitas maneiras de “mostrar” a escola aos pais, como um intercâmbio diário, oral ou escrito: através de um folheto informativo ou de uma agenda que vai e vem da escola para a família; mediante a exposição pública das atividades gerais e extraordinárias que serão feitas em determinado período.

Para isso Davis (2008) declara que é preciso:

a) Contatos informais entre a família e a escola: permitem conhecimento progressivo dos agentes educadores, ajudam os pais a ficarem mais tranquilos e seguros quanto à estada do seu filho na escola, e a criança vê que os adultos significativos para ela têm coisas em comum (DAVIS, 2008);

b) Conhecer a criança: quais são seus ritmos, que relações ela estabelece e com que pessoas, o que lhe agrada e não lhe agrada, não impor-lhe rótulos, quais as mudanças que vão ocorrendo na criança (DAVIS, 2008);

c) Estabelecer critérios educativos comuns: os dois contextos devem estabelecer determinados acordos que favorecem a transição da criança de um contexto ao outro, a coerência do que se pede a ela ou que se proíbe, estarem de acordo quanto à significação de fatos e comportamentos. Deve-se evitar dar lições ou desprezar as estratégias que os pais adotam e considerar que a visão da escola é necessariamente mais adequada que a da família (DAVIS, 2008);

d) Oferecer modelos de intervenção e de relação com as crianças: as relações que se estabelecem na sala e aula são diferentes das que ocorrem na

família e com isso as crianças aprendem novas maneiras de ser, de fazer, e de se relacionar. Quando a escola se abre aos pais, dá oportunidade de eles verem como os filhos se relacionam e se comportam de maneira diferente, podendo mudar as estratégias em casa. As entradas, as saídas, as festas, atividades de jogos em conjunto e palestras são canais e momentos privilegiados para oferecer novos modelos de relação com as crianças. Programas de atuações planejadas e trabalho conjunto com os pais e mães, professores/ psicopedagogo são benéficos a todos, no sentido preventivo, educativo, informativo, de cuidado, formação de atitudes e promoção de habilidades (DAVIS, 2008);

e) Ajudar a conhecer a função educativa da escola: convém propor que as famílias conheçam e valorizem o que se faz na escola, já que se tem muito difundida a idéia de que crianças vão à escola para brincar que não é preciso saber muito para que brinquem, joguem, para lhes dar de comer, é preciso ter paciência, boa disposição, gostar de criança (DAVIS, 2008). Essas qualidades são extremamente necessárias. Educar requer um conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar as decisões mais convenientes. Por isso, as iniciativas para que os pais possam entrar na escola e que conheçam o seu funcionamento devem ser valorizadas e incentivadas.

Segundo Conte (2009, p. 33),

[...] a presença dos pais na escola, dentro de regras preestabelecidas pelo grupo, pode ser muito interessante. Os pais podem participar de inúmeras atividades como: lanche com os filhos na escola, participar de passeios de estudos do meio acompanhando as crianças, ajudar na organização de festas e eventos, falar sobre seu trabalho e/ou profissão, ensinar uma atividade que realizam como, por exemplo, um trabalho com argila, trançados com fibras, contar histórias, ensinar danças e músicas.

Os pais têm diversos canais de apresentação na escola, assegurados pela legislação vigente e pelo projeto educativo, como os conselhos e associações. A equipe de professores devem também propor níveis de participação dos pais em comum acordo entre eles

É preciso verificar que a meta principal de compartilhar a ação educativa seja efetuada, realizando junções de esforços e não os afastando do desenvolvimento infantil.

A participação das famílias pode ser benéfica para a escola pelos seguintes motivos: aproxima os dois mundos – o da família e o do centro – favorecendo aprendizagens mútuas, nas quais cada pessoa pode trazer uma experiência., um saber, uma maneira de fazer diferente e enriquecedora. Essa participação nunca deve gerar confusão sobre as responsabilidades, as funções e as respectivas implicações; sempre deverá ser um meio, entre outros, para garantir o que queremos deixar evidente neste capítulo: a proximidade entre os dois contextos primordiais de desenvolvimento das crianças da etapa da educação (BASSEDAS, 2006, p.296).

Os pais precisam mostrar que dão valor ao estudo, conversando sobre isso com a criança. Os pais que valorizam a escolaridade e apresentam expectativas positivas em relação a ela são aqueles que mais contribuem para uma disciplina melhor de seus filhos, principalmente ao encorajá-los em seus progressos escolares.

É importante que os pais conversem com a criança sobre o que esperam dela com relação aos estudos, e também forneçam ajuda diária, para que ela consiga alcançar os objetivos propostos. E como alcançar os objetivos propostos? Tendo disciplina, respeitando os limites da Escola. Tudo tem influência sobre o comportamento da criança na Escola, desde como o pai age, até como ele atua diante da própria criança e da Escola.

Mas a tão sonhada atenção da família para com a Escola e vice-versa consiste em que ambas tenham contato uma com a outra, comparecendo não somente quando se há problemas. É preciso oferecer à criança a base necessária, como evitar críticas ou ameaças por algum eventual “problema” de indisciplina (BASSEDAS, 2006).

Dessa forma, pode-se perceber que a disciplina é adquirida pela criança em casa, junto com a família. Assim, é necessário que a família esteja sempre atenta a contribuir para seu processo educacional de forma global.

Com esse trabalho, espera-se que grande número de pais venha a envolver-se diretamente no processo educacional dos filhos, conscientizando-se de que podem efetivamente ajudar de várias maneiras aquela criança que apresenta dificuldade no processo de disciplina. Serrano (2002, p. 34) relata que “seja cumprindo seu papel de educadores, seja verificando quanto à escola cumpre o dela, os pais envolvidos e interessados têm muito a fazer pelos filhos.”

Quando as dificuldades em relação a disciplina são mais acentuadas, algumas vezes pode ser necessário procurar um atendimento especializado. Mesmo

nessa circunstância, com condutas apropriadas, o caminho a ser percorrido será menos árduo e mais produtivo tanto para as crianças como para a Escola/família.

E finalmente deixa-se aqui, que a Escola deve abrir um caminho para que os pais participem mais da mesma, através de reuniões pedagógicas, de Conselhos de Escola (APM), ou seja, fazer de tudo para que esta parceria seja enriquecedora para a criança. E logicamente estes pais precisam ter confiança e respeito pela escola, acreditar na competência dos professores no cumprimento de suas tarefas e incentivar os filhos a se envolverem no projeto da unidade escolar.

E a escola juntamente com seus profissionais deve organizar uma equipe de trabalho que possa refletir interagir e se relacionar para, permanentemente, trocar impressões, dúvidas e conquistas, bem como avaliar as dificuldades e o crescimento de seus educandos. Tudo realizado com reuniões, apontamentos em reuniões estabelecidas no calendário escolar.

Portanto, se os profissionais da educação quiserem que o sistema educacional funcione satisfatoriamente com a devida qualidade em contínuo crescimento, como afirma Hochleitner (APUDSERRANO, 2002, p. 34),

[...] o fator principal são os professores, orientadores, supervisores, coordenadores trabalharemos com o gestor educacional e participaremos ativamente na formulação de conteúdos, na escolha de métodos e meios de ensino, assim como no funcionamento de cada escola.

O trabalho em conjunto é extremamente necessário, é revigorante em todos os sentidos; deve, pois, ser motivado. A educação é um trabalho cada vez mais diversificado que implica toda a sociedade; portanto é fora de cogitação pensar em como seria a escola solitária, sem auxílio.

Em suma, Bassedas et al., (2007) enfatizam que é importante lembrar que ao longo do desenvolvimento da criança, principalmente nas etapas iniciais, o conhecimento mútuo e o estabelecimento de acordos entre a família e a escola atuam em benefício da criança pequena e provem seu bem-estar.

“As relações entre a família e escola só podem ser construtivas se estiverem baseadas no respeito mútuo, na confiança e na aceitação das peculiaridades de cada um” (BASSEDAS et al., 2007, p. 56). Convém não ter expectativas severas como “deve ser uma família”.

O contato entre pais e professores deve ter como objetivos: “conhecer a criança, estabelecer critérios comuns, oferecer modelos de intervenção e de relação

com as crianças e ajudar a conhecer a função educativa da escola” (BASSEDAS et al., 2007, p. 57).

Cada instituição deve tomar decisões a respeito dos instrumentos de comunicação úteis, consensuais, flexíveis e respeitados: entrevistas, atuação de formação e informação aos pais, colaboração deles em atividades da escola.

Outros profissionais poderão enriquecer a relação entre família e escola: psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e outros, pois em níveis diferentes podem ajudar a apresentar maneiras construtivas de trabalhar conjuntamente em prol da aprendizagem das crianças.

O contato entre pais e escolas pode ir além da exigência administrativa e se converter em um instrumento que facilite a tarefa educativa dos professores e pais.

O professor não possui função terapêutica em se tratando da criança e sua família, e sim de conhecedor da criança, um sabedor, um guia dos pais, um especialista que não possui rivalidade com a função dela. “Ele deve possuir habilidade para lidar com as ansiedades da família e partilhar decisões e ações com ela” (OLIVEIRA, 2005, p.181). A família deve ver no professor, alguém que lhe auxilie a refletir a respeito de seu filho e a se encorajar como recurso benéfico da aprendizagem infantil.

CONSIDERAÇÕES

O bebê já nasce sendo disciplinado por meio de regras e limites, como hora de mamar; trocar fralda; não pode mexer em determinado objeto, não pode fazer algo, pois senão pode se machucar.

Sendo assim, pode-se pensar que o lar é a primeira escola e os pais são os primeiros professores. Portanto, eles trabalham os limites e regras com os filhos desde a mais tenra idade.

Ao chegar à escola a criança conhece um mundo novo, se assusta, tudo é diferente, novidade. E aí se ela não tiver dentro de si o senso do limite, das regras, adquiridos em casa; o professor não terá muito que fazer em relação à disciplina. Cada vez que o professor tentar conter os alunos, ter disciplina em sala de aula, a criança simplesmente não aceitará, produzindo mais e mais algazarra, confusão, vozeria, desordem, e conseqüentemente a falta de respeito.

A indisciplina não é apenas uma forma de manifestar os sentimentos de revolta, mas também uma maneira de fazer com que a escola enxergue que ela convive com diferenças que resistem à homogeneização que impõe. O mínimo que a escola poderia oferecer seria a oportunidade de terem uma educação que pudesse alargar e não estreitar, ainda mais, seus horizontes. E para isto, teria que a família participar do que está ocorrendo com o filho na Escola.

Entretanto, as relações entre a família e a escola somente podem ser acertadas, se ambas se respeitarem e não invadirem o território de responsabilidade uma da outra.

É a junção escola e família que traz à educação tão sonhada a criança. Mas, contudo, é em casa que a criança começa a ser educada, na escola ela apenas consolida esta educação por meio de conhecimentos.

É com os exemplos e principalmente limite que os pais dão à criança, que este será um bom aluno e um futuro cidadão cumpridor de seus deveres. Do contrário, o professor como não consegue desenvolver um bom trabalho, pois não há disciplina. E a culpa não é totalmente deste profissional. A educação que veio de casa é a base para a disciplina escolar.

A relação entre a família e a escola pode ser muito enriquecida pela interação de outros profissionais que, em diferentes níveis, podem ajudar a apresentar maneiras construtivas de trabalhar conjuntamente.

Desta forma, espera-se com a realização deste trabalho ter contribuído para esclarecer algumas dúvidas, de como você, pai ou mãe, Escola, sentem-se mais seguros no desempenho da disciplina escolar.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AURÉLIO. **Dicionário de Português**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 04 dez. 2016.
- BASSEDAS, E. **Aprender e Ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2006.
- BASSEDAS, E., et.al. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BEAN, R. **Crianças seguras: como aumentar a autoestima das crianças**. São Paulo. Gente, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. – 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2016.
- BROOKE, N. e SOARES, J.F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CANÁRIO, R. **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto, 2002.
- CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CLEMENTE, C. **Educação em tempo integral: segredo de qualidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/28Artigo3.pdf>> Acesso em 20 dez. 2016.
- CONTE, S. M. B. **Bastidores de uma escola: entenda porque a interação entre a escola e a família é imprescindível no processo educacional**. São Paulo: Gente, 2009.

CRUZ, M. H. S. **Psicoterapia corporal**. 2000. Disponível em: <<http://www.orgonizando.psc.br/artigos/multidisc.htm>> Acesso em: 10 dez. 2016.

CUNHA, M. I. de. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 2001.

DAVIS, C. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto, 2007.

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2001.

FIGUEIREDO, F. V. e ALEXANDRIDIS, G. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2004.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Universidade Estadual Paulista/UNESP: Franca, 2002.

KULLOK, M. G. B. **Relação professor aluno: contribuições à prática pedagógica**. Maceió: Edufal, 2002.

LÔBO, P. Direito Civil, Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOURENÇO, O. M. **Educar hoje crianças para o amanhã**. Porto: Porto, 2005.

LUCK, H.; CARNEIRO, D. G. **Desenvolvimento afetivo na escola**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

MARCILIO, M.L. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MIELNIK, I. **A criança na escola**. 3. ed. São Paulo: Edart, 2004.

MOURA, E. **Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2000.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, V. M. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARREIRA, V. L. C. **Psicologia do desenvolvimento: aspectos evolutivos**. Batatais: Ação Educacional Claretiana, 2005.

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direito civil**. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau**. São Paulo: Ática, 2005.

PIM, J. E. et.al. **Economia social da adoção e novas formas de família**: uma análise monológico-dedutiva das práticas de solidariedade com crianças. Portugal - Disponível em: <<http://eumed.net/eve/resum/o6-03/jep.htm>> Acesso em 04 dez. 2016.

PRADO, D. de. **O que é família ?** Coleção Primeiros Passos, n.º 50. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RIZZINI, I. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, M. (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ROSEMBERG, F. **Creche**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2004.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.

SANCHES, I. R. **Necessidades educativas especiais e apoios e complementos educativos no quotidiano do professor**. Porto: Porto, 2005.

SERRANO, G. P. **Educação em valores**: como educar para a democracia. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TIBA, I. **Disciplina, o limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 2010.

_____. **Ensinar aprendendo**: como superar os desafios do relacionamento professor- aluno em tempos de globalização. São Paulo: Gente, 2008.

VASCONCELOS, C. dos S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

WENZEL, R. L. **Professor**: agente da educação? Campinas: Papirus, 2006.

ZAGURY, Tania. **Limites sem trauma**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

